

UM CAPÍTULO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM UBERLÂNDIA: LIVROS ESCOLARES E FORMAÇÃO DA SOCIEDADE.

Sandra Cristina Fagundes de Lima* - UFU

I - Arantes dedicou seu trabalho produtivo à educação, sobretudo à educação escolar. Trabalhou tanto na esfera particular, onde atuou na alfabetização de crianças e adultos (foi professor e proprietário de escola, o *Colégio Amor às Letras*, no período de 1918 a 1933), quanto na pública municipal fiscalizando as escolas mantidas pela Prefeitura. Neste órgão, primeiro atuou como inspetor de ensino e depois como chefe do Serviço de Educação e Saúde do Município de Uberlândia (1933-1959).

Concomitantemente a estas atividades, Arantes produziu uma literatura educacional voltada para o ensino primário, sendo que o primeiro livro editado foi a *Cartilha brasileira*, seguida de *Minha escola modelo*. Os dois outros restantes, *Meu aprendizado agrícola* e *Minha rica fazenda* permaneceram mimeografados, aguardando uma edição que não ocorreu.¹

De uma forma geral, seus livros podem ser situados no movimento de nacionalização da literatura infantil gestado no Brasil a partir da última década do século XIX. No entanto, embora fosse enfatizada no país a necessidade de nacionalizar os livros infantis, começando pela defesa da importância de serem os seus autores brasileiros, como também se ressaltando a necessidade de eleger temas oriundos da temática nacional, Bastos salienta que no país essa literatura caracterizou-se no seu início pela importação de temáticas e também de livros europeus que eram adaptados à realidade brasileira, tendo como finalidade inculcar uma visão patriótica.² Foi somente após a terceira década do século XX que a literatura infantil começou a adquirir entre nós uma feição “brasileira”.³

Data também desse mesmo período o início de um processo de valorização dos textos infantis produzidos por autores nacionais. No prefácio que escreveu para o livro *Minha escola modelo*, Aimoré Dutra, inspetor técnico regional do ensino no estado de Minas Gerais, ressaltou a particularidade de a referida obra ter um caráter nacional, haja vista que

foi produzida por um autor brasileiro. No mesmo prefácio, o autor louvou o fato de o livro prestar um serviço à nação, uma vez que discutia temas que poderiam favorecer a unidade de seu povo.⁴

Os livros infantis produzidos desde então tinham em comum o fato de serem leituras de formação ou aprendizagem por meio das quais esperava-se poder atingir o leitor, moldando o seu caráter através da divulgação de valores patrióticos e da exaltação das virtudes advindas com o trabalho, com a convivência em família, com os relacionamentos estabelecidos na escola, igreja e demais instituições existentes na sociedade.⁵

II - As cartilhas de alfabetização começaram a ser produzidas no país na segunda metade do século XIX, no decorrer do processo de organização republicana do ensino. Os seus primeiros autores foram notadamente professores fluminenses e paulistas, que as elaboravam a partir de suas experiências didáticas. No entanto, essas cartilhas só se difundiram de forma mais acentuada nas primeiras décadas do século seguinte, quando uma confluência de fatores as tornou fundamentais no interior dos centros alfabetizadores. Esses fatores consubstanciaram-se de um lado no surgimento e difusão do mercado editorial brasileiro, que encontrou na escola o *locus* privilegiado de divulgação e também de consumo de seus produtos; de outro lado, no movimento desencadeado em prol da nacionalização do livro didático.⁶ A relevância da literatura voltada para a educação ser dotada de um caráter nacional foi ressaltada pelo próprio Arantes na introdução de seu livro *Meu aprendizado agrícola*. Depois de traçar os objetivos de sua obra, o autor acrescenta o detalhe, bastante valorativo, de ter escrito um livro “genuinamente brasileiro.”⁷

A *Cartilha brasileira*, por exemplo, ao que indica uma carta recebida pelo seu autor, foi escrita no final da década de 1920.⁸ No entanto, a sua primeira edição só saiu em 1936 e dois anos depois, em 1938, ele publicou a segunda edição. Este manual, conforme anunciado na página de rosto, destinava-se aqueles que preferiam alfabetizar empregando o método silábico.⁹ O processo de silabação e soletração caracterizou os métodos de marcha sintética que predominaram nas primeiras cartilhas produzidas no país no século XIX.¹⁰ Condizente com este método, a *Cartilha brasileira* iniciava as suas lições pela

apresentação das vogais maiúsculas e minúsculas, os ditongos, a formação de sílabas, a construção de palavras e, finalmente, a elaboração de frases simples, a princípio frases isoladas, depois reunidas. Intercaladas às noções de silabação, existia um segundo grupo de lições, denominadas “Palestras”, que nada mais eram do que pontos temáticos que os professores deveriam discutir com os alunos, cujo objetivo seria introduzir noções básicas de anatomia humana; aritmética; higiene; informações sobre o funcionamento do calendário; e, por fim, explicação sobre as partes que compõem um livro, tais como capa, autor, páginas e título.

Embora o conteúdo normatizador, que em outras cartilhas era transmitido em lições cheias de regras de comportamento¹¹, não se constituísse no aspecto central da *Cartilha Brasileira*, ele também esteve presente em suas páginas, ainda que subsidiariamente. Diferentemente de outros manuais de alfabetização, o tom disciplinar desse livro não se consubstanciava na prescrição clara de normas que, por meio da apologia à obediência, visavam à instauração da ordem, mas, sim, nas discussões referentes a temas que incidiam sobre relacionamentos humanos.

Nesse sentido, a propósito de ensinar aos alunos a construção de sentenças mais longas, conta-se a história de uma ave, batizada de “Lulu”, desde a sua formação no ovo até o seu triste fim na mesa para servir de refeição. A narrativa desenrola-se de forma linear e paradigmática, pois ao tratar da trajetória de uma ave do nascimento à morte, discute questões de ordem existencial, tais como o amor da mãe pelos filhos, o seu instinto de proteção, a ingratidão destes ao crescerem e abandonarem o lar, os reveses da velhice. Por fim, o mesmo ciclo repete-se com os filhotes de Lulu. Estes crescem, engordam, envelhecem, e acabam morrendo em alguma panela.¹²

Portanto ainda que não fosse de forma prioritária, à *Cartilha Brasileira* encontrava-se subjacente um conteúdo caracterizado pela apresentação de condutas normatizadoras e paradigmáticas; porém esta mensagem disciplinar não era emitida de forma direta, permanecia, ao contrário, subentendida nas entrelinhas.

O autor utilizou duas estratégias narrativas por meio das quais ele habilmente fez passar a sua mensagem, sem, no entanto, torná-la direta. Acreditamos que a primeira destas estratégias consistiu no fato de não propor afirmativamente padrões de comportamento. Dessa forma, o manual de alfabetização escrito por Arantes, ao contrário das demais cartilhas do período, não fornece exemplos tais como: deve-se fazer o bem, ou é preciso ajudar aos outros, servir à pátria etc. As prescrições de boa conduta fazem-se pelo aspecto negativo, ou seja, mostrando o amor e os cuidados da mãe com os filhos e a ingratidão daqueles ao crescerem e abandonarem o lar. Um outro aspecto da *Cartilha Brasileira* que comprova a nossa hipótese de que essa não apresentava claramente prescrições normatizadoras incide sobre o fato de ter empregado como personagem central uma ave. Dessa forma, os exemplos que fornece são transpostos do mundo dos homens para o reino dos animais e essa transposição feita por Arantes parece, pois, cumprir a função de escamotear a sua mensagem, tornando-a menos dogmática, sem, no entanto, suprimi-la.

Segundo Dietzsch, essa opção por adotar personagens extraídos do reino animal era um recurso freqüente nas cartilhas de alfabetização utilizadas no país e estava, por sua vez, intimamente imbricado à concepção normatizadora que perpassava muitos manuais utilizados nas escolas. O mundo que salta das suas páginas é rigorosamente cindido em dois universos, a saber, um lado bom, habitado por homens que se dedicavam à prática do bem, e outro lado ruim, cujas características de suas personagens eram a indolência, a subversão e a desordem de uma forma geral. A presença dos animais nesse universo maniqueísta possibilitaria aos autores atribuir-lhes ações “que podem ser levadas até as últimas conseqüências”.¹³

A referida cartilha também compartilhava com suas contemporâneas à adoção de uma relação discursiva assentada no monólogo e na impessoalidade (personagens descaracterizados, sem nomes próprios, passíveis de submissão e generalizações) e, por conseguinte, perpassava as suas lições uma perspectiva limitadora do real.¹⁴ A personagem central é representada pela figura do professor, é ele quem conduz as lições de silabação e

as outras de conteúdo, denominadas *palestras*. Ele sempre se dirige aos possíveis alunos, que não são identificados, de forma direta: pergunta sobre o tema do ponto em questão e oferece respostas objetivas, sem margem para discussões.

Além desse aspecto, o referido manual priorizava nas discussões temas que pudessem ser aplicados no dia a dia dos alunos, facilitando-lhes o seu trabalho. Nesse sentido, em todas estas lições permanecem subjacentes conteúdos que tinham como finalidade orientar os alunos nas questões de ordem prática, fornecendo-lhes instrumentos para se situarem no cotidiano. A lição de n.º. III, por exemplo, que trata de noções de quantidade é voltada para o interesse pragmático.¹⁵

A documentação consultada não traz informações a respeito do emprego dessa Cartilha na alfabetização dos alunos matriculados nas escolas e grupos instalados na cidade. Todavia a publicação da segunda edição dois anos após a primeira, assim como a autoridade de que gozava Arantes no meio educacional no período em que foram lançadas as suas duas edições (nessa época ele já havia tomado posse na Prefeitura Municipal como inspetor de ensino) levam a crer que o referido manual deve ter sido utilizado em Uberlândia para orientar o trabalho de alguns professores. Além disso, se Arantes seguiu os conselhos de um dos seus amigos, que após receber a Cartilha endereçou-lhe uma carta contendo um parecer repleto de elogios e sugerindo-lhe a divulgação do livro, ele provavelmente deve ter introduzido essa sua obra nos estabelecimentos de ensino primário espalhados pela cidade e sobretudo naqueles existentes na zona rural.¹⁶

III - No que se refere aos outros três livros escolares que ele escreveu, não encontramos nenhum dado que nos possibilitasse asseverar o seu emprego pelas escolas locais, ainda que o primeiro deles, *Minha escola modelo*, tenha sido publicado em 1938 (os dois restantes ficaram apenas datilografados e diagramados para impressão).

De qualquer forma, seus conteúdos demonstram, como já analisado na *Cartilha brasileira*, as preocupações de Arantes com a formação dos alunos para além da mera aquisição de conteúdos formais, como o aprendizado da língua pátria e da Aritmética. Além disso, denotam o cuidado de contextualizar o programa de ensino ministrado nas escolas

rurais segundo a realidade dos alunos matriculados nesses estabelecimentos, conforme ressalta Dutra no prefácio que redigiu para *Minha escola modelo*.¹⁷

O terceiro livro, *Minha rica fazenda*, embora sem edição, foi analisado por um amigo de Arantes que ressaltou o fato de ser a população estudantil da zona rural o público alvo da referida obra. Na carta que este amigo endereçou ao autor, ele demonstrou as vantagens do livro em questão, atendo-se ao aspecto de ele cumprir o objetivo de atender às necessidades da escola rural dotando-a de uma literatura específica que contemplava o cotidiano do homem do campo, suas formas de trabalho e suas preocupações, constituindo-se por isso numa “... síntese do que pode ser conseguido numa fazenda”.¹⁸

Ambos os documentos ressaltam a particularidade de serem os três livros voltados para o ensino primário nas escolas rurais e, com efeito, pela análise do conteúdo de seus capítulos é possível verificar essa particularidade subjacente à obra. No entanto, ela se restringe aos dois últimos livros, uma vez que o conteúdo do primeiro é genérico e não exclusivamente voltado para atender às necessidades específicas dos habitantes do campo.

Os temas destinados mais especificamente ao aluno que habitava o meio rural só começam a aparecer no livro *Meu aprendizado agrícola* e ainda assim a partir da 14ª lição. Os conteúdos incidem sobre algumas formas de trabalho agrícola como, por exemplo, avicultura, horticultura sericultura e pomar. No entanto, nesse livro o olhar sobre a vida no campo ainda é direcionado pela cidade, pois o aprendizado agrícola abordado é feito por personagem urbana, cujo contato com a realidade existente na fazenda se dá por meio de seu ingresso em um colégio agrícola.

A questão do meio rural será abordada de forma mais consistente somente no terceiro livro, *Minha rica fazenda*. Ou seja, a partir desse livro o olhar não parte mais da cidade, mas desloca-se desta em direção à vida agrária. Aí são apresentadas as mais diversas características do cotidiano rural: o comportamento de seus habitantes; os trabalhos executados na lavoura, com a criação de animais; os serviços domésticos realizados no interior da casa; as formas de lazer das crianças e os perigos existentes, tais como, o contato com animais silvestres e as moléstias.

Subjaz a todas as histórias um caráter educativo, sobretudo voltado para o mundo do trabalho, visando contribuir para o desenvolvimento da economia rural. O objetivo era, nesse sentido, preparar o aluno para as atividades agrícolas, que, se bem orientadas, segundo permanece implícito nas obras, poderiam constituir-se em prosperidade dos negócios e, por conseguinte, fonte de enriquecimento. O autor assim anuncia os seus propósitos, que não pareciam nada modestos: “...Contribuir com o nosso obscuro trabalho para o progresso da agricultura”.¹⁹

Aliado a esse aspecto educativo de cunho mais pragmático, subjaz aos ensinamentos veiculados por essa literatura um caráter disciplinador tendo em vista preparar o aluno para uma vida social ordeira, laboriosa e próspera. Na apresentação que redigiu para o terceiro livro, *Minha rica fazenda*, Arantes evidenciou os fins moralizantes que visava atingir com a sua obra:

No segundo livro de leitura, foi o nosso tema uma organização de trabalho agrícola numa escola de aprendizado, aliando, na descrição da história, o *cooperativismo*, a *moral*, o *ensino positivo* e os *sentimentos de amor paternal*. No presente volume, o terceiro da série, tratamos da formação da personalidade do aluno - tão necessário se nos afigurou o tema - com dados incontestáveis para uma *vida próspera* e verdadeiramente feliz, em todas as fases do período que se descreveu o tema escolhido.²⁰ (Grifos nossos)

A conjugação de objetivos pragmáticos com lições de comportamento, perpassados por um caráter normatizador, será, com efeito, o fio condutor de todas as narrativas que compõem a literatura educacional escrita por Arantes. Desde o primeiro livro, passando pelo segundo e culminando no terceiro, esse aspecto será marcante, haja vista que no primeiro livro o autor elege como personagem central uma aluna exemplar, comportada, estudiosa e obediente; a escola onde ela estuda é representada como sendo o templo da disciplina. No segundo livro, ao tema da disciplina, soma-se o do altruísmo, uma vez que a criança que dará início ao seu aprendizado agrícola é representada por um filho adotivo de um lar formado por um casal abnegado novamente; a escola agrícola é apresentada como uma instituição em conflitos, com finalidade apenas educativa. E no último livro completa-se a conjugação, pois a questão da disciplina aliada à prosperidade constitui-se na temática.

Devem-se compreender as questões que permeiam esses livros de Arantes, remetendo-as também ao contexto no qual ele produziu a sua literatura. Vivia-se, naquele período, de um lado a crítica à escola tradicional e a divulgação das propostas de reformulação daquela escola pelos educadores ligados ao movimento da Escola Nova e, de outro lado, assistia-se à elaboração e divulgação do ideário estadonovista que, em educação, significou, além da ofensiva dirigida aos "reformadores".²¹ preparar o homem para "construir a nação" ou para "formar o cidadão do Estado Novo".²² Nessa perspectiva, conferia-se grande ênfase à disciplina, inspirada inclusive no regulamento militar, assim como a vários métodos que viabilizassem o ajustamento do aluno à sociedade. Nessa ótica, valorizava-se também a transmissão de habilidades com o fim de preparar o aluno para o trabalho, daí a centralidade ocupada pelas questões relativas à orientação educacional e vocacional.²³

* Doutora em História pela UNICAMP e professora da Universidade Federal de Uberlândia/MG

1 ARANTES, Jerônimo. *Cartilha brasileira*. Uberlândia: Jornal de Uberlândia, 1936. / ARANTES, J. *Minha escola modelo*. Uberlândia: Livraria Kosmos, 1938a.

/ARANTES, J. *Meu Aprendizado agrícola*. Uberlândia, s.d. (Datilografado)./ ARANTES, J. *Minha rica fazenda*. Uberlândia, 1939. (Datilografado).

2 BASTOS, Maria Helena Câmara. A educação do caráter nacional: leituras de formação. *Educação e Filosofia*, Uberlândia, v. 12, n. 33, jan./jun. 1998, p. 34.

3 LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. *Literatura infantil brasileira: história & histórias*. São Paulo: Ática, 1984, p. 47.

4 DUTRA, Aimoré. À maneira de prefácio. In: ARANTES, Jerônimo. *Minha escola modelo*. Uberlândia: Livraria Kosmos, 1938, p. 4.

5 BASTOS, 1998, p. 33.

6 MORTATTI, Maria do Rosário Longo. *Cartilha de alfabetização e cultura escolar: um pacto secular*. Cadernos Cedes, São Paulo, n. 52, nov. 2000, p. 42.

7 ARANTES, s.d., p. 2.

8 ARAÚJO, Aristides P. de. [carta]. Monte Alegre, 16.07.1929. Carta ao professor Jerônimo Arantes elogiando a Cartilha Brasileira. Acervo Delvar Arantes.

9 ARANTES, Jerônimo. *Cartilha brasileira*. 2 ed. Uberlândia: Jornal de Uberlândia, 1938a. 55 p.

10 MORTATTI, 2000, p. 42-43.

11 MORTATTI, 2000, p. 50.

12 ARANTES, Jerônimo. *Cartilha brasileira*. Uberlândia: Livraria Kosmos, 1938b, p. 49.

13 DIETZSCH, Mary J. *Cartilhas: um mundo de personagens sem texto e sem história*. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 75, p. 41, nov. 1990.

14 DIETZSCH, 1990, p. 41.

15 ARANTES, 1936, p. 22.

16 ARAÚJO, 1929.

17 DUTRA, 1938, p. 3-4.

18 ARANTES, Eugênio Pimentel. [carta]. Uberlândia, 15.06.1940. Carta ao professor Jerônimo Arantes elogiando o livro *Minha rica fazenda*. Acervo Delvar Arantes.

19 ARANTES, 1939, p. 3.

20 ARANTES, 1939, p. 3.

21 NUNES, Clarice. As políticas públicas de educação de Gustavo Capanema. In: BOMENY, Helena (Org.). *Constelação Capanema: intelectuais e políticas*. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p. 112-13.

22 HORTA, José S. B. A I Conferência Nacional de Educação ou de como monologar sobre educação na presença de educadores. In: GOMES, Ângela de C. (Org.). *Capanema: o ministro e seu ministério*. Rio de Janeiro: FGV, 2000, p. 149.

23 GANDINI, Raquel. *Intelectuais, estado e educação*. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos 1944-1952. Campinas: UNICAMP, 1995, p. 73.